

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - DEZEMBRO DE 2014

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas do Parecer Atuarial, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.
A MAPFRE Capitalização S.A. encerrou o exercício de 2014 com R\$ 32,5 milhões (R\$ 23,3 milhões em dezembro de 2013) de receita líquida com títulos de capitalização.
As provisões técnicas totalizaram, em 31 de dezembro de 2014, R\$ 57,7 milhões (R\$ 35,8 milhões em dezembro de 2013).

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Notas	2014	2013
Ativo			
Circulante		59.877	42.673
Disponível		70	191
Caixa e bancos		70	191
Aplicações	5	47.497	32.318
Créditos das operações de capitalização	6	9.673	8.614
Créditos das operações de capitalização		9.673	8.614
Títulos e créditos a receber	7	2.630	1.407
Créditos tributários e previdenciários		2.487	1.239
Depósitos judiciais e fiscais		2	2
Outros créditos	8	141	166
Outros valores e bens		7	143
Outros valores		7	143
Ativo não circulante		16.436	11.087
Realizável a longo prazo		15.805	10.575
Aplicações	5	15.624	10.426
Títulos e créditos a receber		181	149
Créditos tributários e previdenciários		7	149
Imobilizado	9	465	318
Imóveis		465	318
Intangível	10	166	194
Outros intangíveis		166	194
Total do ativo		76.313	53.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

O resultado do exercício de 2014, antes da tributação sobre o lucro e participações, foi R\$ 6,1 milhões (R\$ 2,6 milhões em dezembro de 2013) e o lucro líquido foi de R\$ 3,6 milhões (R\$ 1,5 milhões em dezembro de 2013).
Os acionistas deliberaram o pagamento de dividendos no total de R\$ 4,0 milhões, em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 5 de dezembro de 2014.

A Administração prevê para o próximo exercício a consolidação dos processos operacionais, focada em melhorias nos serviços prestados aos nossos clientes, e a manutenção da trajetória de crescimento no segmento de Capitalização. Em atenção ao disposto na Circular SUSEP nº 483/14, a MAPFRE Capitalização S.A., com base nos dados obtidos em

modelos estatísticos, atuariais e financeiros, declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento".

Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros e clientes, a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2014	2013
(+) Receita líquida com títulos de capitalização		32.511	23.324
(+) Arrecadação com títulos de capitalização		96.866	62.528
(+/-) Variação da provisão para resgate		(64.355)	(39.204)
(+/-) Variação das provisões técnicas		(25)	(33)
(-) Resultado com outras provisões técnicas		(25)	(33)
(-) Resultado com sorteio		(17.688)	(11.728)
(-) Custos de aquisição	15a	(4.387)	(2.596)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais		149	-
(+) Outras receitas operacionais		149	-
(-) Despesas administrativas	15b	(7.185)	(7.754)
(+) Pessoal próprio		(4.249)	(4.091)
(+) Serviços de terceiros		(1.374)	(1.231)
(+) Consultoria e fomento		(584)	(584)
(+) Publicidade e propaganda		(167)	(614)
(+) Publicações		(41)	(92)
(+) Donativos e contribuições		(104)	(48)
(+) Despesas administrativas diversas		(666)	(242)
(-) Despesas com tributos	15c	809	656
(+) Resultado financeiro	15d	3.523	2.100
(+) Receitas financeiras		6.115	3.055
(-) Despesas financeiras		(2.592)	(955)
(=) Resultado operacional		6.089	2.657
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(3)	(6)
(-) Resultado antes dos impostos e participações		6.086	2.651
(-) Imposto de renda	16a	(1.451)	(631)
(-) Contribuição social	16a	(919)	(405)
(-) Participações sobre o lucro		(137)	(76)
(=) Lucro líquido		3.579	1.541
(/) Quantidade de ações		12.000.000	12.000.000
(=) Lucro líquido por ação		0,30	0,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	3.579	1.541
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	3.579	1.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	3.579	1.541
Ajustes para Depreciação e amortizações	112	462
Variação nas contas patrimoniais	(20.377)	(10.300)
Ativos financeiros	(20.377)	(10.300)
Créditos das operações de capitalização	(1.060)	(4.639)
Créditos tributários e previdenciários	(1.281)	(530)
Outros ativos	161	1.402
Outras contas a pagar	(523)	1.039
Impostos e contribuições	1.798	(558)
Débitos de operações de capitalização	(246)	403
Provisões técnicas - capitalização	21.944	15.422
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.107	4.252
Atividades de Investimento		
Recebimento pela Venda:		
Imobilizado	73	-
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(239)	(114)
Intangível	(62)	(174)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos	(228)	(288)
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(4.000)	(4.000)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	(4.000)	(4.000)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(121)	(366)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	191	227
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	70	191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

• Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio a medida que proporciona suporte à área de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais como COSO-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas mundiais do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrangem desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado de modo integrado dentro de um processo estruturado pela Superintendência de Riscos e Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da avaliação dos principais riscos, do monitoramento da conformidade (compliance), são elaborados planos de ação específicos. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de Value at Risk - (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de autoavaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. A Companhia conta também com os seguintes comitês: **Comitê de Estratégia Financeira:** constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas às finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comitê de riscos e compliance:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do Grupo MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas. **Comitê de auditoria:** Órgão de assessoramento que tem entre outras atribuições, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controle interno, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e recomendar à Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm, em seus regimentos, a definição das atribuições e reports. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a auditoria interna possui um importante papel, a independência de atuação colabora para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, agregando valor ao sistema de controle interno. O escopo da auditoria interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's* e *Moody's*. A Companhia utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de Stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de Stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros. **b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos financeiros para investir na operação ou honrar seus compromissos. *i. Exposição ao risco de liquidez:* O risco de liquidez é limitado pela reconstrução do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. *ii. Gerenciamento do risco de liquidez:* O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Superintendência de Riscos e Compliance e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. Por meio da gestão de ativos e passivos, são monitoradas as entradas e os desembolsos futuros, com objetivo de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos:

	2014	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total
Caixa e equivalentes de caixa	70	-	-	70
Lucro justo por meio do resultado	29.791	17.706	47.497	47.497
Mantidos até o vencimento	-	15.624	10.426	15.624
Créditos das operações de capitalização	10.248	-	-	10.248
Outros ativos	2.637	181	-	2.818
Total dos ativos financeiros	42.746	33.511	76.257	76.257
Contas a pagar	3.304	-	-	3.304
Provisões técnicas - capitalização	57.739	-	-	57.739
Outros passivos	731	-	-	731
Total dos passivos financeiros	61.774	61.774	61.774	61.774
2013	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total	
Caixa e equivalentes de caixa	191	-	-	191
Lucro justo por meio do resultado	20.673	11.645	32.318	32.318
Mantidos até o vencimento	-	10.426	8.614	10.426
Créditos das operações de capitalização	8.614	-	-	8.614
Outros ativos	1.699	1.402	-	3.101
Total dos ativos financeiros	29.478	23.770	53.248	53.248
Contas a pagar	2.028	-	-	2.028
Provisões técnicas - capitalização	35.795	-	-	35.795
Outros passivos	403	-	-	403
Total dos passivos financeiros	38.226	38.226	38.226	38.226
c) Risco de mercado: A MAPFRE adota políticas de controle e estratégias previamente estabelecidas e aprovadas pelo Comitê Executivo que permitem reduzir sua exposição aos riscos de mercado. As operações são controladas com as ferramentas <i>Stress Testing</i> e <i>Value at Risk (VaR)</i> e, posteriormente, confrontadas com a política de controle de risco adotada, de <i>Stop Loss</i> . Sensibilidade à taxa de juros: Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados ao fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos ativos e passivos da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos-base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente (intervalo semestral de cálculo) e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Companhia não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, diante disto, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível às variações na taxa de juros desses títulos. Do total de R\$63.121 (R\$42.744 em 2013) de ativos financeiros, R\$15.624 (R\$10.426 em 2013), foram extraídos da base de análise de sensibilidade por estarem classificados na categoria "Mantidos até o vencimento". Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$31.873 (R\$21.893 em 2013). Para elaboração da análise de sensibilidade foram considerados os ativos financeiros existentes na data-base das demonstrações financeiras.				

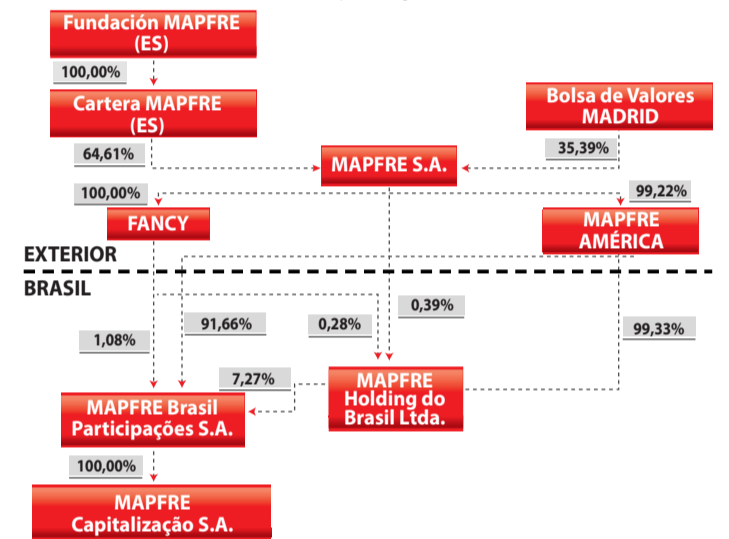
Fator de risco

	2014	2013
Elevação da taxa de juros	(338)	(123)
Redução da taxa de juros	338	123

Parâmetros: a) 100 basis points nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013; b) 100 basis points nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013.
d) Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Capitalização S.A. (doravante denominada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social operar em planos de capitalização em todo o território nacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 11º andar, São Paulo e esta cadastrada no CNPJ sob o nº 09.382.998/0001-00.
A Companhia integra o Grupo MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. Os grupos de estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do Grupo.
Em 31 de dezembro de 2014, a estrutura do Grupo é a seguinte:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 483, de 6 de janeiro de 2014, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2014, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". A Circular SUSEP 483/14 revoga a Circular SUSEP 464/13. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 25 de fevereiro de 2015.
b) Comparabilidade: As demonstrações estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2013, conforme disposições do CPC nº 26 demonstração financeira emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e da Circular SUSEP nº 483, de 6 de janeiro de 2014.
c) Continuidade: A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.
d) Base para mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens no balanço patrimonial: i. Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; ii. Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento; e iv. Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP.
e) Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional utilizada pela Companhia está apresentada em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais e arredondadas para o milhar mais próximo.
f) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3b - Ativos financeiros;
- Nota 3h - Provisões técnicas;
- Nota 3i - Provisões, passivos e ativos contingentes; e
- Nota 3m - Imposto de renda e contribuição social

g) Separação entre circulante e não circulante: A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: i) Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia; e ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
h) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia: i. IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação a partir de períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2014. Essa norma não seria aplicável, pois a Companhia elabora suas demonstrações financeiras com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. **ii. IFRS 14 - Acordos Conjuntos:** Contabilização de Aquisições de Partes Societárias: As alterações à IFRS 11 exigem que um operador conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também deixam claro que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remensurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição de participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil. Não se espera que essas alterações tenham impacto sobre a Companhia. **iv. IFRS 16 - EIAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização:** As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 e na IAS 38 que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados a partir da operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão em vigor prospectivamente para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Não é esperado que essas alterações tenham impacto sobre a Companhia, uma vez que a Companhia não utilizou um método baseado na receita para depreciar ativos não circulantes. **v. IFRS IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas:** As alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizar investimentos em controladas, *joint ventures* e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As entidades que já estejam aplicando a IFRS e optem por passar a adotar o método da equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas terão de aplicar essa mudança retrospectivamente. Entidades que elaboram demonstrações financeiras de acordo com as IFRS pela primeira vez e que optem por adotar o método de equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas deverão aplicar esse método a partir da data de transição às IFRS. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em vigor no Brasil. Essas alterações não terão impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **vi. IFRS 14 - Receita de Contrato com Cliente:** A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de reconhecimento de receita que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A Seguradora está atualmente avaliando o impacto da IFRS 15 e planeja adotar uma nova norma sobre a efetiva data de entrada em vigor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A gestão dos riscos operacionais é realizada com foco na identificação, avaliação e resposta às ameaças, externas e internas, aos objetivos estratégicos e às operações. Dessa forma, a Companhia mantém atualizadas as atividades de controle de prevenção de riscos não aceitos e de detecção de riscos residuais. Todo o processo de avaliação de riscos operacionais segue as orientações da *Holding Espanhola*, mas atua de forma independente no Brasil. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), bem como atender aos requisitos de capital exigidos pela MAPFRE Espanha. Em dezembro de 2013 foi publicada a Resolução CNSP nº 302, em vigor a partir de 2014, que modificou a apuração do CMR, agora o maior entre Capital Base e Capital de Risco, e acrescentou a exigência de liquidez mínima de 20% nos ativos que cobrem o CMR. A tabela a seguir apresenta os níveis de suficiência de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) frente ao CMR e de liquidez em relação ao CMR, segundo os normativos vigentes. O quadro comparativo abaixo foi elaborado em conformidade com as regulamentações vigentes nas demonstrações financeiras de 2014:

	2014	2013
Patrimônio líquido	15.113	15.534
Ativos intangíveis	(166)	(194)
Patrimônio líquido ajustado (a)	14.947	15.340
Capital Base (b)	10.800	10.800
Capital de risco de subscrição	572	150
Capital de risco de crédito	858	448
Capital de risco operacional	374	162
(-) Correlação entre capitais de riscos de subscrição e crédito	(183)	(59)
Capital de risco (c)	1.620	701
Capital mínimo requerido (d) (*)	10.800	10.800
Suficiência de capital (e) (e=a-d)	4.147	4.540
Suficiência de capital (e/d)	38%	42%
Liquidez mínima de Ativos exigida (f) [0,2 x (d)]	2.160	—
Liquidez de Ativos disponível (g)	5.382	—
Liquidez em relação ao CMR (g/d)	49,83%	—

Em 24 de dezembro de 2014 a SUSEP regulamentou o Capital de Risco de Mercado pela resolução CNSP nº 317 de 2014 que estabelece a exigência a partir de 31 de dezembro de 2016 na proporção de 50% e de 100% a partir de 31 de dezembro de 2017.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**a) Resumo das classificações das aplicações financeiras**

Títulos	2014		2013	
	Valor contábil	% do total	Valor contábil	% do total
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	47.497	100%	32.318	100%
<i>Fundos exclusivos</i>				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	32.941	69%	—	—
Over	13.672	29%	19.981	62%
Títulos da Dívida Agrária - TDA	884	2%	12.337	38%
Ativos mantidos até vencimento	15.624	100%	10.426	100%
<i>Carteira própria</i>				
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.688	30%	—	—
<i>Fundos exclusivos</i>				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	10.936	70%	10.426	100%
Total	63.121	100%	42.744	100%

b) Movimentação das aplicações financeiras

	2014	2013
Saldo no início do exercício	42.744	32.444
Aplicações	87.948	39.042
Resgates	(73.686)	(31.788)
Rendimento	6.115	3.046
Saldo no final do exercício	63.121	42.744

c) Composição por prazo e por título

Títulos	2014				Ganhos e (perdas) não realizados		Valor
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	13.672	15.916	203	17.706	47.497	47.497	- 32.318
<i>Fundos exclusivos</i>							
Letras Financeira do Tesouro - LFT	—	15.853	—	17.088	32.941	32.941	—
Over	13.672	—	—	—	13.672	13.672	- 19.981
Títulos da Dívida Agrária - TDA	—	63	203	618	884	884	- 12.337
Ativos mantidos até o vencimento	—	—	—	15.624	15.624	16.285	661 10.426
<i>Carteira própria</i>							
Notas do Tesouro Nacional - NTN	—	—	—	4.688	4.688	4.644	(44)
<i>Fundos exclusivos</i>							
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	—	—	—	10.936	10.936	11.641	705 10.426
Total	13.672	15.916	203	33.330	63.121	63.782	661 42.744

A Companhia possui capacidade financeira para manutenção dos títulos classificados como mantidos até o vencimento. A administração entende que devido ao prazo e características das operações, para os títulos classificados nesta categoria, o valor contábil reflete o valor de mercado. **d) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autoregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBovespa, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP S.A. - Mercado Organizados. **e) Hierarquia de valor justo:** A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: *Nível 1:* títulos com cotação em mercado ativo; *Nível 2:* títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e *Nível 3:* títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Títulos	2014		2013	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	47.497	47.497	32.318	32.318
<i>Fundos exclusivos</i>				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	32.941	32.941	—	—
Over	13.672	13.672	19.981	19.981
Títulos da Dívida Agrária - TDA	884	884	12.337	12.337
Ativos mantidos até o vencimento	15.624	15.624	10.426	10.426
<i>Carteira própria</i>				
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.688	4.688	—	—
<i>Fundos exclusivos</i>				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	10.936	10.936	10.426	10.426
Total geral	63.121	63.121	42.744	42.744

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro 2014 e 2013 e a Companhia não possui ativos classificados nos níveis hierárquicos II e III. **f) Desempenho:** A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O desempenho global dos ativos financeiros, títulos públicos e títulos privados que compõem a Carteira de Investimentos atingiu 12,091% no acumulado do exercício (8,418% em 2013), representado 112,31% (104,53% em 2013) do CDI que foi de 10,76% no exercício (8,053% em 2013).

DIRETORIA

Diretor Presidente WILSON TONETO	Diretores EDUARDO SOARES DE FREITAS ELÍSEU JOÃO VICIANA RENATO FERNADES	Contador MÁRCIO VINCENZI JAGER CRC - 1SP258226/O-1	Atuário ROBERTO CARLOS PEREIRA DO LAGO MIBA nº 835
--	---	---	---

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da **MAPFRE Capitalização S.A.**, São Paulo - SP
CNPJ: 09.382.998/0001-00
Examinamos as províões técnicas registradas nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Capitalização S.A., em 31 de dezembro de 2014, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da MAPFRE Capitalização S.A. é responsável pelas províões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre as províões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios atuariais gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as províões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade

6. CRÉDITO NAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

O montante registrado no ativo circulante na rubrica "Créditos da operação de capitalização" no valor de R\$9.673 em 2014 (R\$8.614 em 2013), refere-se a valores a receber da emissão de títulos de capitalização do mês.

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2014	2013
Tributos a compensar	2.487	1.239
Outros créditos	143	168
Total circulante	2.630	1.407
Imposto de renda - adições temporárias	113	93
Contribuição social - adições temporárias	68	56
Total não circulante	181	149

8. OUTROS VALORES

	2014	2013
Almoxarifado	7	10
Imobilizados adquiridos no mês	—	133
Total	7	143

9. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação	2013	Adições	Depreciação	Baixa	2014
Veículos	20%	294	98	(11)	(73)	308
Móveis e utensílios	10%	4	—	(2)	—	2
Equipamentos	20%	20	141	(6)	—	155
Total	318	239	(19)	(73)	465	

	Taxa anual de depreciação	2012	Adições	Depreciação	2013
Veículos	20%	262	103	(71)	294
Móveis e utensílios	10%	7	—	(3)	4
Equipamentos	20%	65	11	(56)	20
Total	334	334	114	(130)	318

10. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização	2013	Adições	Amortização	2014
Projetos de informática	20%	194	62	(90)	166
Total	194	62	(90)	166	

	Taxa anual de amortização	2012	Adições	Amortização	2013
Projetos de informática	20%	352	174	(332)	194
Total	352	174	(332)	194	

O prazo de amortização é de cinco anos a partir da data de sua utilização.

11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2014	2013
Obrigações a pagar	1.259	1.781
Fornecedores e outras obrigações a pagar	700	987
Participação dos lucros	453	537
Compartilhamento de despesas (Nota 17b)	106	257

12. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão para Resgates		Provisão para Sorteios		Outras Provisões	
	2014	2014	2014	2013	2013	2013
Saldo no início do exercício	29.463	6.299	33	15.964	4.399	—
Constituição de provisão	75.781	17.689	24	39.985	11.601	32
Atualização monetária e juros sobre provisão técnica	2.496	58	3	1.076	10	1
Pagamento de títulos sorteados	—	(16.387)	—	—	(9.711)	—
Pagamento de resgates	(46.464)	—	—	(26.807)	—	—
Títulos cancelados	(11.256)	—	—	(755)	—	—
Saldo no final do exercício	50.020	7.659	60	29.463	6.299	33

13. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2014	2013
Provisões técnicas	57.739	35.795
Provisões técnicas - capitalização (Nota 12)	57.739	35.795
Total a ser coberto	57.739	35.795
Ativos garantidores	58.433	42.744
Carteira própria	4.688	—
Notas do Tesouro Nacional - NTN	58.433	42.744
Quotas de fundos de investimento	63.121	42.744
Total de aplicações:	5.382	6.949
Suficiência (insuficiência)	—	—

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R\$12.000 e está representado por 12.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal. **b) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

c) Dividendos: Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas. Para o exercício de 2014, a Companhia realizou o pagamento de dividendos ao acionista de R\$ 4.000. **d) Reserva estatutária:** Conforme previsto no artigo 24º do Estatuto Social, a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, foi transferida à conta de reserva estatutária.

15. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO**a) Custos de aquisição**

	2014	2013
Comissões	(1.181)	(732)
Desconto na emissão	(3.188)	(1.854)
Outros custos	(18)	(10)
Total	(4.387)	(2.596)

b) Despesas administrativas

	2014	2013
Pessoal próprio	(3.602)	(4.091)
Serviços de terceiros	(1.249)	(1.231)
Localização e funcionamento	(352)	(974)
Depreciação e amortizações	(124)	(462)
Despesas com publicidade	(135)	(614)
Publicações	(83)	(92)
Doativos e contribuições	(104)	(48)
Despesas administrativas diversas	(99)	(242)
Despesas de compartilhamento (rateio de despesas administrativas)	(1.437)	—
Total	(7.185)	(7.754)

c) Despesas com tributos

	2014	2013
COFINS	(598)	(462)
PIS	(97)	(75)
Taxa de fiscalização	(93)	(93)
Outros tributos	(16)	(19)
Despesas de compartilhamento (rateio de despesas administrativas)	(5)	(7)
Total	(809)	(656)

d) Resultado financeiro

	2014	2013
Receitas		
Receitas com títulos de renda fixa privado	6.115	3.046
Outras receitas financeiras eventuais	—	9
Despesas		
Despesas financeiras com províões técnicas - capitalização	(2.558)	(955)
Despesas financeiras eventuais	(34)	—
Total	3.523	2.100

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2014		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Despesas de imposto de renda e contribuição social	5.949	5.949	2.577	2.577